

ANPEd

BOLETIM

VOLUME 2 – NÚMERO 1

JAN./MAR. DE 1980

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NOTA EDITORIAL

Este número do Boletim é dedicado à I Conferência Brasileira de Educação.

A divulgação do "Manifesto aos Participantes" e o "Documento Conclusivo" torna acessível a todos os sócios da ANPEd, em especial àqueles que não estiveram presentes a I CBE, aspectos relevantes deste acontecimento inédito na área de educação, reunindo quase 1500 profissionais e estudantes, para o debate em torno da Política Educacional.

O encontro, promoção conjunta da ANPEd, ANDE, CEDES e CEDEC, é resultante do processo de organização da Sociedade Civil, ora em progresso através de sucessivas conquistas, e representa importante marco na sua busca de uma atuação mais decisória na avaliação crítica da política educacional e na procura de novos rumos para a educação do país.

A participação da ANPEd na I CBE vem de encontro aos princípios definidos por seus associados e aos compromissos por eles assumidos em especial a partir do encontro de Salvador.

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL

Lúcia Maria França Siano
(Coordenadora)
Dermeval Saviani – PUC/SP
Ediruald de Melo – UnB
Giselda Santana Moraes – UFBA
José Anchieta Esmeraldo Barreto
– UFC
Juracy Marques – UFRGS
Lyra Paixão – UFRJ
Oder José dos Santos – UFMG

Responsáveis pela preparação deste número: Eni Maria M. Barbosa e Marlília Martins da Costa Cruz.

COMISSÃO CONSULTIVA

Divonzir Guzzo – CNRH
Maria Lais Monsinho Guidi – INEP
CHPq, CAPES, FINEP a serem indicados

A ANPEd na I Conferência Brasileira de Educação

Um ano antes da I Conferência Brasileira de Educação, no mesmo local, na PUC-SP, reunia-se a ANPEd para discutir o doutoramento em educação no país, para eleger uma nova diretoria, e para definir sua programação no ano que se iniciava. Naquela ocasião, a Assembléia Geral decidiu que em março do próximo ano, 1980, seria realizada uma reunião da associação em São Paulo, tendo como tema central "Política Educacional".

Oito meses após a reunião da ANPEd em São Paulo, novo encontro da associação se realizava em Salvador, no mês de novembro. Na Assembléia Geral dessa reunião estavam presentes colegas das diretorias da Associação Nacional de Educação (ANDE) e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Verificou-se que havia uma convergência de interesses em torno do tema da próxima reunião da ANPEd, "Política Educacional", e resolveu-se somar esforços na realização de uma reunião conjunta. Nascia a I Conferência Brasileira de Educação.

Ainda em Salvador a Assembléia Geral da ANPEd constituiu, de comum acordo com as diretorias da ANDE e do CEDES, uma Comissão Coordenadora da Conferência, integrada por um representante de cada entidade. Nesta comissão foi incluído um sócio do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), que se propôs a representá-lo. Aceita a proposta pelo plenário, mais tarde esta entidade também passou a integrar a comissão.

A Comissão Coordenadora da I CBE iniciou seus trabalhos logo após a reunião de Salvador. Contava com apenas quatro meses para a organização do evento, com data marcada para março de 1980. A ANPEd, a ANDE e o CEDES mobilizaram seus sócios e suas diretorias para a tarefa de organização de uma conferência de âmbito

nacional, e que deveria atingir um conjunto diversificado de profissionais da educação: educadores e educandos de diferentes graus e das mais diversas especialidades, representantes da associação de classe, pessoas do ensino público e privado, técnicos de órgãos governamentais. Neste trabalho de organização a estrutura nacional da ANPEd desempenhou importante papel e as contribuições de seus associados, dos mais variados pontos do país, foram inestimáveis. A dedicação, o entusiasmo, e a competência dos sócios e das diretorias da ANDE e do CEDES, sediados em São Paulo, representou contribuição insubstituível.

A ANPEd congratula-se com seus associados e com os colegas educadores e educandos pelo êxito da I CBE. A participação de mais de 1.400 inscritos em 11 simpósios e cerca de 40 painéis, a elevada diversidade de profissionais, o vivo interesse nos debates assim como sua natureza e o espírito que os presidiu atestam o sucesso da Conferência.

Além dos simpósios e painéis, realizaram-se encontros de vários grupos e entidades no espaço previsto para este fim. A ANPEd reuniu seus associados presentes à I CBE, no intuito de encaminhar futuras discussões e eventuais decisões de sua próxima Assembléia Geral. Nessa reunião, a participação dos sócios presentes resultou em importantes e concretas providências para os rumos da ANPEd.

O êxito da realização da I Conferência Brasileira de Educação ainda não significa que ela atingiu plenamente seus objetivos, pois estes não são alcançados apenas em um determinado momento no tempo. Foi dado um largo passo na direção de propostas de política educacional, mas resta um extenso caminho a percorrer. Fazem parte deste caminho o aprofundamento do debate onde quer que ocorra a prática educacional e a proposição de medidas concretas para uma educação brasileira e democrática. Estas são tarefas nossas, de educadores e educandos. Uma educação brasileira e democrática só poderá ser alcançada em uma sociedade onde o Estado tenha a democracia como fundamento. A construção desta sociedade e a luta por este Estado fazem parte do mesmo caminho. Pertence a todos que partilham desse ideal e portanto também nos pertence, a nós, educadores e educandos.

Jacques R. Velloso
Presidente

NOTÍCIAS

• Em agosto próximo será realizado o *1 Congresso da Universidade de São Paulo*, promovido pelas Associações dos Docentes e dos Servidores da USP e pelo Diretório Central dos Estudantes dessa Universidade. Prevê-se que nesse Congresso haja uma efetiva participação das Sociedades Científicas das diversas áreas e que a contribuição dessas entidades seja por elas própria definida. No corrente mês de maio será realizada uma primeira reunião preparatória do evento, na sede da ADUSP, com a seguinte agenda provisória, cuja forma definitiva depende das entidades participantes: 1. O estado atual da arte em cada uma das especialidades; 2. Necessidades de abertura de novas áreas de pesquisa e pós-graduação em ramos específicos do conhecimento; 3. Visão crítica das Sociedades Científicas sobre a Universidade Brasileira. A ANPEd foi convidada a participar e se fará representar nessa reunião de maio pelo colega Gaudêncio Frigotto do IESAE/FGV.

• O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, em colaboração com professores do IESAE da FGV

do Rio de Janeiro, e sob o patrocínio da UFES e do CNPq, realizou sua I Reunião Científica de 7 a 10 do corrente mês.

O tema dessa reunião é "Alternativas Metodológicas para Pesquisa em Educação". O evento está aberto a todos os profissionais e pesquisadores interessados no item.

• Realizou-se em Brasília, em fins de abril último, a primeira reunião de sócios da ANPEd para organizar a seção estadual da entidade, discutir o papel da associação e propor medidas para a reformulação de seus estatutos. Os trabalhos estão sob a coordenação da colega Maria da Glória Veiga Moura e a próxima reunião está marcada para o dia 12 de maio. Os sócios do Rio de Janeiro deverão se reunir, com a mesma finalidade, na primeira semana de maio, e em outros estados também há reuniões programadas para este mês.

• Os Anais da reunião da ANPEd sobre "Seletividade Sócio-Econômica no Ensino de 1º Grau", realizada em Salvador, estão em fase final de preparo. Serão publicados em breve e conterão os trabalhos apresentados pelos colegas neste encontro. Sua distribui-

ção para os sócios solventes da ANPEd será gratuita e haverá exemplares à venda para os colegas não associados.

• Os trabalhos de preparação dos Anais da *1 Conferência Brasileira de Educação* já foram iniciados pelas entidades promotoras do encontro. Dos Anais constarão todos os trabalhos e comunicações apresentados durante a *Conferência* e sua publicação está prevista ainda para este ano. O volume será distribuído gratuitamente para todos os participantes inscrito na *ICBE*. Todos os demais colegas interessados poderão adquirir o volume através da rede de distribuição da editora a ser indicada.

• O Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas realizará em 1980 os seguintes seminários: Educação e Utopia, sob a orientação do Professor Pierre Furter; Teoria da Ideologia, sob a orientação dos Professores Marilena Chauy, Rubem Alves, Pierre Sanchis, Roberto Motta e Arthur Gianotti; Universidade e Mundo do Trabalho, sob a orientação do Professor Henri Desroche. Estes Seminários serão patrocinados pelo CNPq.

EDUCAÇÃO PARA UM ESTADO DEMOCRÁTICO

A ANPEd na SBPC

A próxima reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) terá como tema "Ciência e Educação para um Estado Democrático" e será realizada entre 6 e 13 de julho, no Rio de Janeiro. A ANPEd tem participado das reuniões preparatórias realizadas no Rio de Janeiro e vem recebendo propostas de atividades a serem desenvolvidas durante a SBPC, co-patrocinadas por nossa associação. A SBPC, como é sabido, constitui um importante foro de debates da ciência no país e em suas reuniões anuais a educação vem ganhando relevo crescente. O tema da reunião da SBPC deste ano significa que educadores e educandos tem, nesse encontro, uma responsabilidade maior no debate da educação brasileira.

As atividades da ANPEd na SBPC incluem mesas redondas e debates, além de uma Assembléia Geral, com data marcada para terça-feira, dia 8 de julho. Foi encaminhada pela ANPEd, à Comissão Organizadora da 32ª Reunião Anual da SBPC, a seguinte programação de atividades:

Debate: "Pós-Graduação, pesquisa em educação para um esta-

do democrático". Maria Regina Maluf da PUC/SP.

Mesa Redonda: "Política e financiamento da educação: Sociedade desigual, distribuição desigual dos recursos". Coordenador: Gaudêncio Frigotto da FGV/IESAE.

Mesa Redonda: "Métodos de pesquisa em educação: enfoques sistêmicos e enfoques críticos". Coordenador: Professor Cósimo D. de Ávila da UFF.

Mesa Redonda: "Educação e socialização para aceitação do *status quo* ou para participação no processo democrático?" Coordenador: Claude E. Labrunie da UFES.

Mesa Redonda: "Educação popular: Nordeste, início dos anos 60".

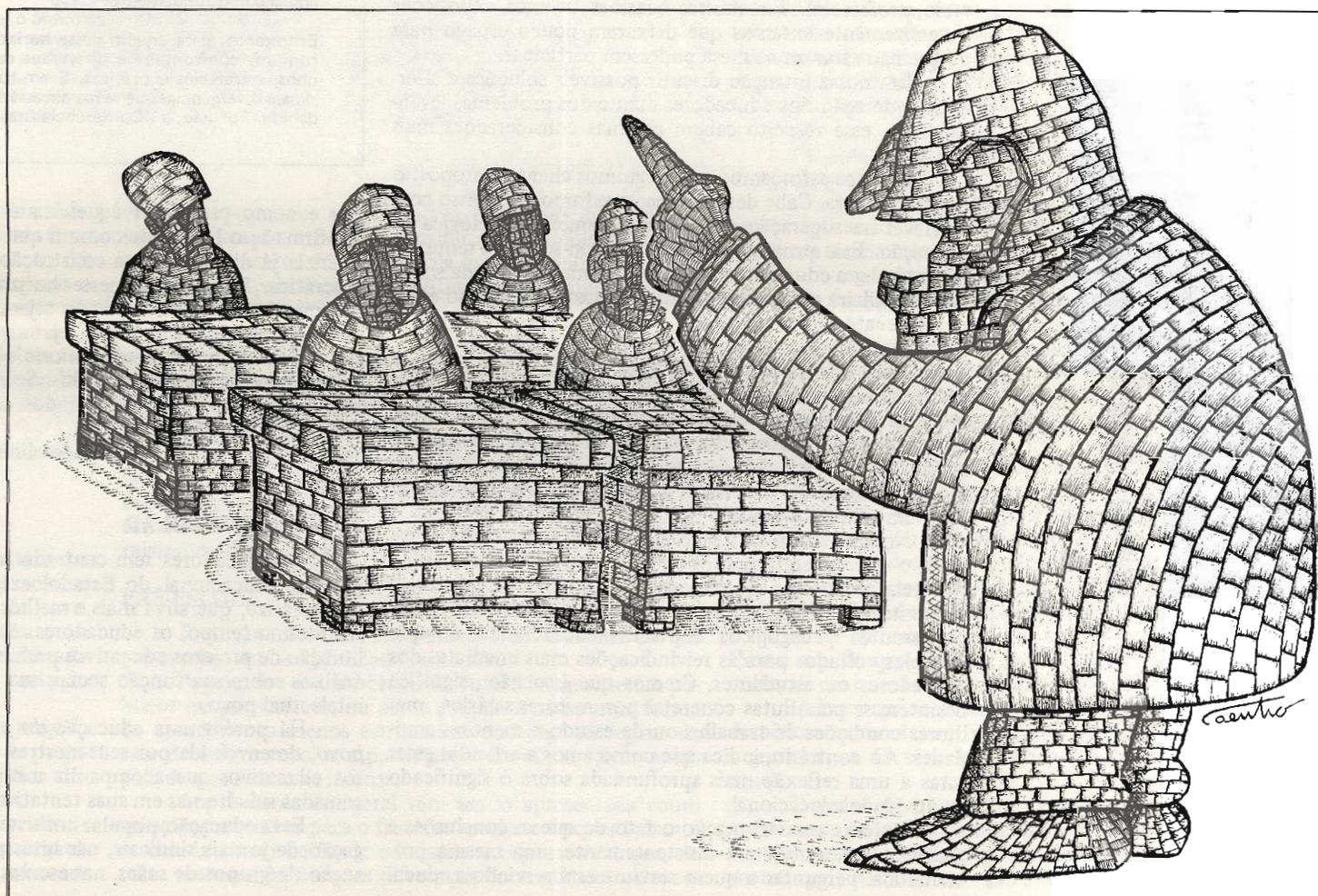
Coordenador: Osmar Fávero da FGV/IESAE.

Mesa Redonda: "Ensino-Aprendizagem da criança de baixa renda: utopia ou desafio?" Coordenador: Tereza Penna Firme da PUC-RJ e UFRGS.

Mesa Redonda: "Relações ensino-aprendizagem e autoritarismo". Coordenador: Jacques R. Velloso da UnB.

Conferência: "Democratização de educação e concurso vestibular". Vathsala Stone e John H. Stone da UFES.

No próximo número do *ANPEd Boletim* será publicada a programação definitiva e pormenorizada, contendo os nomes dos mais participantes das mesas redondas e os temas das comunicações, assim como o horário das atividades.



DOCUMENTO CONCLUSIVO

Ao instalarmos a I Conferência Brasileira de Educação nós nos propusemos uma reaprendizagem. Estávamos então cientes de que o caminho seria árduo, mas era o único que conduziria aos objetivos que nos havíamos proposto. Cabe agora efetuarmos um balanço de quanto conseguimos.

O encontro nacional de entidades, grupos e pessoas ligadas à educação é o primeiro saldo positivo que podemos apontar. Há vários anos o campo educacional vem se organizando segmentadamente. Predominam encontros que reúnem pessoas de áreas específicas: professores de 1º e 2º graus, professores universitários, orientadores educacionais, supervisores escolares, e assim por diante. A I CBE representou um redirecionamento dessa tendência, indicando que começam a amadurecer as condições para um novo tipo de organização. Cerca de 1.400 profissionais das mais diferentes áreas de educação, representando 18 estados do país, estiveram presentes e puderam confrontar seus pontos de vista enquanto especialistas e enquanto educadores que são, antes de tudo. O significado político desse fato pode não ser palpável a curto prazo. Mas estamos seguros de que indica o início de uma organização menos fragmentada do campo educacional, que poderá permitir no futuro uma integração de perspectivas dentro da diversidade e complexidade que o caracteriza.

Propusemo-nos a iniciar e sustentar um amplo debate em torno dos problemas de política educacional. Isso exigia que se garantisse espaço de participação para todos. Conseguimos, neste sentido, assegurar a realização de todos os painéis programados, exceto os cancelados por iniciativa dos proponentes. Entidades, grupos de pessoas os mais diversos puderam defender seus pontos de vista, relatar suas experiências e propor suas recomendações.

O debate não se esgotou nas atividades previstas pelo programa. Realizaram-se reuniões de oito entidades diferentes e inúmeros encontros espontâneos aconteceram. As articulações que isso permitiu talvez sejam o início prático de uma nova forma de organização.

Todavia persiste ainda entre nós, em certa medida, o vício professoral. Em muitas ocasiões tivemos exposições excessivamente extensas que deixaram pouco espaço para os que não estavam na mesa pudessem participar.

Era nossa intenção discutir possíveis soluções e alternativas de ação dos educadores diante dos problemas levantados. A esse respeito cabem algumas considerações mais alongadas.

Nós nos esforçamos e conseguimos chegar a propostas de ação efetiva. Cabe destacar, nesse esforço, progresso considerável na superação da crítica meramente ideológica da educação. Esse progresso consubstanciou-se numa tentativa de entender a educação como parte do movimento da sociedade brasileira concreta. Permitiu esboçar uma ligação entre aspectos até agora tidos como meramente pedagógicos e práticos com o sentido político da ação educacional.

Entretanto, e sem menosprezar o discurso e a reflexão, persiste ainda certo academicismo: valorizar o discurso como se ele gerasse a ação. Talvez não estejam ainda de todo amadurecidas as condições para adiantar propostas acabadas. A organização e a ação devem caminhar articuladamente. Demos um passo em relação à primeira, o que é acima de tudo um resultado prático.

No que diz respeito ao aspecto substantivo de nossa ação, o que constatamos foi o enorme interesse e preocupação pela temática a ele relacionada. Um levantamento dos diferentes simpósios indicou a presença marcadamente maior de assuntos pedagógicos e político-educacionais do que naqueles voltados para as reivindicações mais imediatas dos educadores ou estudantes. Cremos que isso não significa desinteresse pelas lutas concretas por maiores salários, melhores condições de trabalho ou de estudo e menores anuidades. Ao contrário, indica que começamos a articular essas lutas a uma reflexão mais aprofundada sobre o significado da atividade educacional.

Reforça essa afirmação o fato de que as conclusões e recomendações refletem insistentemente uma mesma problemática: perguntar a quem serviu e está servindo a educa-

EDUCADORES - EDUCANDOS,

Estamos instalando a primeira da que são as Conferências Brasileiras de Educação. Não são indivíduos ou educadores isolados, mas aqueles dispostos a iniciar e sustentar um problema educacional brasileiro.

Na história da educação em nosso país uma reunião científica de mais de 1.000 participantes é algo completamente inédito. Para nós, este fato é indicação de que as lutas de amplos setores da sociedade civil na conquista de espaço de participação estão dando seus frutos também na área educacional. Os educadores começam a se organizar. Suas entidades, sejam elas de classe ou não, crescem rapidamente, reflexo dos anseios da sociedade civil como um todo.

Nosso horizonte comum é a construção de uma educação democrática que esteja de fato comprometida com os interesses da maioria de nosso povo e não apenas a serviço de elites econômicas e culturais. Cremos ainda que podemos afirmar, em nome de todos aqui presentes, que essa educação só poderá ser feita sobre os alicerces de um Estado que tenha a democracia como fundamento.

Entretanto, para além desse horizonte comum, confrontam-se diferentes caminhos, estratégias e práticas. É em torno dessas divergências que se faz necessário o debate. Por isso, a I Conferência Brasilei-

ção e como estendê-la àqueles até agora. Reafirma-se o horizonte comum que na abeferência já divisávamos: a construção de uma educação democrática. Delineam-se nesse horizonte as recomendações mais palpáveis, sejam quanto ao tema educacional existente, sejam quanto a ele. A educação da grande maioria — crianças e adultos — é o empenho e intenção de todos. Se ela sozinha não muda a realidade, é sem dúvida um dos condicionantes de uma ação transformadora.

Passemos agora às grandes linhas dos trabalhos.

EDUCAÇÃO POPULAR

Os educadores têm centrado suas ações políticas educacionais do Estado, exigindo democratize, que sirva mais e melhor às demandas do povo. Ao mesmo tempo, os educadores têm-se voltado para a elaboração de projetos educativos para o povo, e têm elaborado análises sobre sua função social, sua metodologia intelectual-povo.

Há porém uma educação do povo feita pelo próprio povo, desenvolvida por seus mestres. Há muitos projetos educativos que acompanha a organização camadas subalternas em suas tentativas de autonomia.

Essa educação popular consiste na elaboração de jornais sindicais, nas lutas por criação de grupos de mães, nas escolas de sin-

MANIFESTO AOS PARTICIPANTES

peramos seja uma série de não nos apresentamos aqui como representantes de todos em amplo debate em torno dos

a de Educação foi organizada para ser um espaço aberto à mais ampla discussão e circulação de idéias. Com toda a certeza ela dará ensejo ao dissenso. Não evitemos nem escondamos as divergências. Aprendamos a conviver com elas, rejeitando as unanimidades artificialmente irranjadas ou impostas.

Não nos iludamos, porém: não podemos nos dar ao luxo de investir todo nosso tempo e energia na aprendizagem da discordância. Enquanto isso, a tarefa de pensar, propor e fazer uma educação nova poderia ser realizada sem nós, se não apesar de nós.

Precisamos criar canais de participação para que as decisões educacionais deixem de nos ser impostas. Rejeitamos o papel de simples executores de uma política educacional sobre a qual não fomos consultados. Para isso, teremos que percorrer o árduo caminho da construção,

entre nós, de um consenso capaz de nos dar força e organização. Não um consenso estático e sem data, mas um consenso obtido na unidade em torno de objetivos que unifique nossa luta a cada momen-

dela excluídos. A estrutura desta Conferência de educação de alguns projetos e o a ações no sistema alternativas a as e adultos — é nha não muda a nantes de uma clusivas de nos

lises críticas na que a escola se andas do povo. ltado para a ela e têm elaborado ologia, a relação

ta pelo próprio a série de projeção política das tonomia.

boração e divulgação de jornais sindicais, nas lutas por criação de grupos de mães, nas escolas de sin-

to. Mais ainda, um consenso que inclua amplos setores da sociedade. É importante que as entidades, os grupos e as pessoas presentes assumam o debate aqui iniciado. E, ao assumi-lo, procurem difundir esse debate em todos os níveis.

Para conseguirmos participar das decisões da política educacional não será suficiente tomarmos a palavra ao Estado autoritário. É mister aprender a compartilhar com o maior número de pessoas possível. Se apenas soubermos falar aos nossos pares, podemos nos encontrar, no futuro, falando sozinhos. Essa ampliação do debate, esse fazer coletivo, é para nós um grande desafio. E envolve uma reaprendizagem de nossa parte.

E sempre bom lembrar que nós, educadores-educandos, fomos formados por instituições autoritárias. O autoritarismo contra o qual lutamos está fora, mas também está dentro de nosso meio, como uma força escondida mas ativa. Por isso,

em encontros como este, freqüentemente afloram o golpismo, o sectarismo ideológico, o faccionismo partidário e o estrelismo personalista. Para vencer esse inimigo interno, para ampliarmos o debate democrático, para efetivarmos uma prática coletiva, é preciso que nos reeduquemos.

Educando e nos reeducando, reaprendendo a educação, em suma, estaremos dando um grande passo adiante na construção de uma educação democrática em nosso país.

A Comissão Organizadora:
Guimar Namó de Mello,
Jacques R. Velloso,
Luiz Antônio Cunha,
Moacir Gadotti.

vimentos populares por melhores condições de trabalho, saúde, educação e outros, caracterizados, freqüentemente, como movimentos de resistência à ordem econômica capitalista imposta pela sociedade política e pelos grupos que dela se apoderaram.

No entanto, a defesa dessa ênfase não deve levar a conceber a educação popular como desenvolvida exclusivamente pelas organizações da sociedade civil. A consequência de tal concepção pode ser o abandono de mais e melhor educação pública formal para as camadas subalternas.

Numa concepção mais abrangente, é educação popular também aquela realizada pelo Estado, tanto a destinada à população infanto-juvenil, quanto à população adulta: a universalização do ensino e a extensão da escolaridade são reivindicações fundamentais dos trabalhadores.

PRÉ-ESCOLA

Praticamente duas modalidades de atendimento ao pré-escolar têm se viabilizado entre nós.

A primeira é a pré-escola estruturada em sistemas públicos ou particulares, ou ainda proposta como uma forma de atendimento menos estruturado que foge ao regime de sala de aula e envolve a participação da comunidade e dos pais de maneira mais intensa.

A pré-escola em geral vem sendo apresentada como solução preventiva para o fracasso escolar e freqüentemente associada ao conceito de educação compensatória que, de certa maneira, legitima as diferenças de rendimento das ca-

mas ditas carenciadas na medida em que não questiona os próprios referenciais que levam a considerar tais características como deficiências.

Procura-se mostrar a falácia do discurso oficial que apresenta a pré-escola como solução para o fracasso escolar também frente à infima oferta de vagas que é proporcionada à população, particularmente àquela de renda baixa.

A segunda modalidade de atendimento pré-escolar — as creches — tem aparecido sobretudo como reivindicação crescente das camadas populares e vem associada à necessidade das mães trabalharem.

As principais questões que se colocam sobre as creches são:

1º) as de como realizar um atendimento de massa zelando ao mesmo tempo pela sua flexibilidade e qualidade que deve ser assegurada a partir da valorização da contribuição cultural dos usuários e da consideração de suas necessidades.

2º) as de como conseguir que as empresas ajudem a financiar as creches e ao mesmo tempo salvaguardar os interesses dos trabalhadores e seus filhos.

3º) as de reivindicação do direito a creches e pré-escolas, definido por lei e assegurado pelo Estado.

1º GRAU

O ensino de 1º grau pode ser considerado politicamente tanto do ponto de vista da sua estrutura e organização, quanto do ideário e das propostas pedagógicas que informa a prática docente.

Quanto à estrutura e funcionamento, há vários pontos de estrangulamento em que os mecanismos de seletividade social da clientela operam de modo mais crítico, quais sejam, os da passagem da 1ª para a 4ª série, da passagem do antigo primário para as quatro últimas séries do 1º grau, e da passagem das 6ª e 7ª séries para os cursos noturnos.

Desses estrangulamentos alguns vêm-se manifestando cronicamente por mais de 40 anos, como o da retenção de aproximadamente 60% dos alunos que cursam pela primeira vez a 1ª série do ensino de 1º grau. Essa deficiência, pelo fato de ser crônica, passa a ter sua importância minimizada nas análises dos educadores frente aos problemas suscitados mais recentemente pelo aumento quantitativo da oferta de vagas, que facilitou às camadas populares o acesso às séries do ensino elementar, às quais elas nunca tinham chegado até então.

Tal aumento quantitativo implicou de fato numa mudança de qualidade que tem suscitado dois tipos de crítica:

— a primeira, voltada para o passado, que julga essa escola aplicando os padrões de excelência da antiga escola destinada a uma minoria de elite;

— a segunda, que julga a má qualidade como decorrência da função discriminadora e seletiva que a escola necessariamente assume no sistema capitalista. Esse tipo de crítica levado às últimas consequências esvasia a educação escolar de qualquer autonomia face às determinações estruturais, encarando-a apenas como aparelho de inculcação ideológica que se autolegitima em sua função discriminadora.

Esquece-se nessa crítica que:

- 1) a ação pedagógica não se esgota no processo de inculcação, mas permite também a aquisição de habilidades indispensáveis à participação na sociedade;
- 2) leva ao domínio de técnicas de expressão;
- 3) instrumentaliza melhor para a obtenção de emprego;
- 4) ajuda indiretamente na mobilidade social vertical.

Se se considera que, em termos de qualidade, a melhor é aquela que melhor responde às condições sociais e culturais em que ela é produzida, coloca-se a necessidade de:

1) assegurar recursos financeiros que garantam a permanência na escola, em princípio, de todas as crianças que ingressam na 1ª série por um período bem maior que o atual;

2) redefinir o conceito de escola básica de oito anos em termos de sua organização e estrutura e em termos de seu currículo que, não explicitando atualmente os critérios sociais que orientam a seleção e dosagem de seus conteúdos,

I CBE repercute no meio político

A ANPEd recebeu aplauso da Câmara Municipal de São Paulo, pela I Conferência Brasileira de Educação, juntamente com as demais entidades promotoras da ICBE. Eis, na íntegra, o texto aprovado pelo plenário em 9 de abril:

REQUERIMENTO P-99/80

*** Cópia autêntica. "VOTO DE APLAUSO E CONGRATULAÇÕES PELA REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, QUE SE INSTALOU NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, NO DIA 31 DE MARÇO P.P. — CONSIDERANDO que a ABE — Associação Brasileira de Educação, entidade que, em 1927, congregava em seu quadro um núcleo representativo do

mundo intelectual, educacional e político e, através de conferências de âmbito nacional, trazia a lume, no calor dos debates, os grandes problemas da nossa política educacional, tendo desempenhado durante quarenta anos papel preponderante na difusão de novas idéias, alijando muitas vezes concepções ultrapassadas; CONSIDERANDO que, com o advento do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, nenhuma conferência nacional pôde mais ser realizada e agora,

através da I Conferência Brasileira de Educação, a atual Comissão Organizadora afirma que apesar de "o processo ter sido interrompido por um Governo que manteve calado por muitos anos os canais de participação da sociedade" (Diário Popular, 23/3/80, pág. 1ª), ela está imbuída de esperança muito alvissareira, pois nessa oportunidade serão avaliadas e sopesadas, não somente as sementeiras que frutificaram com o decorrer do tempo, mas também reencetadas as pesquisas, então abandonadas, porém agora com nova visão e crítica, graças ao esforço conjugado de quatro Centros de Estudos: Associação Nacional de Educação — ANDE, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — CEDEC, Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação — ANPED e Centro de Estudos de Educação — CEDES, e patrocinadas pela PUC, UNICAMP, FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, FINANCIAMENTO DE

ESTUDOS E PROJETOS, PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSIDERANDO que a taxa de escolarização na faixa do ensino obrigatório no Brasil está revelando um decréscimo grave, pois a capacidade de atendimento educacional não consegue acompanhar o ritmo de crescimento demográfico. Hoje, o índice de escolarização é de 73,51%, quando antes dos dois últimos períodos governamentais era de 81%. Estes os dados fornecidos no dia 25 de março p.p., em reunião realizada com o Ministro Eduardo Portella, da Educação, e todos os Secretários do MEC. Ainda há um quadro que aponta também um decréscimo substancial da participação da União no sistema educacional, tanto em recurso financeiro, como de oferta de ensino em todos os níveis; CONSIDERANDO ainda que, segundo essas mesmas estatísticas, da população

levam a que os padrões de rendimento das camadas que constituem a maioria da população sejam considerados como anomalia e não como regra.

Por sua vez, o descompasso entre a pedagogia proposta pelas instâncias oficiais superiores e dita renovada, e a que se realiza na prática leva ao questionamento dos pressupostos em que se fundam os modelos renovados, identificando-os como aqueles possíveis de serem postos efetivamente em prática nas suas últimas conseqüências nas escolas de elite, que estão fora da rede pública.

Com efeito, a pedagogia renovada, deslocando o problema da quantidade (que ocorre exatamente com a expansão das oportunidades de ensino aos setores populares) para a qualidade, insiste num processo de democratização que só ocorre dentro de uma escola que atende a uma parcela privilegiada, contribuindo para fortalecer o poder hegemônico das classes dominantes.

A ênfase nos processos de ensino que ela preconiza, em lugar da aquisição dos conteúdos valorizados pela pedagogia tradicional, contribui, quando transporta para as escolas da maioria, para o aligeiramento do ensino oferecido às camadas populares, que não têm acesso a outras fontes de saber que os recursos e o modo de vida da burguesia lhe asseguram independentemente da escola.

Ao contrário dessa proposta, os interesses das camadas trabalhadoras se voltam para uma escola que confira prioridade aos conteúdos. Essa reivindicação revela o fato de que elas estão conscientes da importância do domínio da cultura (ainda que tal cultura seja dominada pelos grupos dominantes), como forma de instrumentação para uma participação política e social que lhe assegure maior poder de barganha.

2º GRAU

A política de profissionalização do ensino de 2º grau, definido este pela Lei 5692/71, como um resíduo entre o ensino superior e um ensino de 1º grau alongado, pode já ser considerada falida. Esse resultado se deveu não só à falta de recursos materiais e humanos para a implantação de objetivos excessivamente ambiciosos, como também, e principalmente, à inadequada concepção das articulações entre educação e trabalho. As perspectivas para a modifica-

ção dessa política não são, entretanto, convergentes. Para uns, um ensino de 2º grau efetivamente profissional deve ser desligado do ensino geral, resguardando-se das contrafações em voga. Para outros, ainda, a articulação entre educação geral e educação profissional só poderia se dar quando estudo e trabalho pudessem estar ligados de forma a não opor saber e fazer, somente possível numa sociedade socialista.

Predominou, entretanto, a posição de que há elementos positivos na escola de 2º grau, apesar dos negativos. Para aumentar a força daqueles, cumpre retomar a ênfase na educação que, sem os vícios do ensino acadêmico e enciclopedista, melhore as condições de trabalho dos professores, principalmente através da recuperação do valor dos salários, tão aviltados nos últimos anos; aperfeiçoar o ensino, tanto em termos do conteúdo quanto dos métodos; defender a gratuidade de fato nas escolas públicas.

ENSINO PÚBLICO

Os orçamentos governamentais não têm acompanhado em todos os níveis as necessidades de expansão da rede de ensino público. Em conseqüência, as escolas públicas oferecem um ensino de qualidade cada vez pior, ao mesmo tempo em que a política educacional do Estado tem propiciado a instalação e a ampliação de escolas privadas, muitas delas verdadeiras empresas voltadas para a maximização da taxa de lucro.

A defesa do direito de ensino para todos implica a defesa da escola pública, gratuita e de boa qualidade, para o que se torna necessário: o aumento dos recursos governamentais para o ensino, destinados prioritariamente à recuperação dos salários dos professores, à construção de escolas e à merenda escolar e à distribuição de material didático. Por outro lado, é preciso que as organizações representativas das camadas populares exerçam severa vigilância sobre o destino desses recursos, de modo a assegurar seu correto emprego.

ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

As associações de docentes de ensino superior desempenham um importante papel como resposta ao autoritaris-

escolarizável da faixa etária obrigatória, dos 7 aos 14 anos de idade, totalizando 25.070.000 crianças, apenas 73,51% isto é, 18.430.000 estão sendo atendidas, deixando marginalizadas 26,49%, cerca de 6.640.000 brasileiros, notando-se, para nosso grande pesar, que o mais baixo nível de atendimento se situa na faixa etária dos 10 anos, quando apenas 13% da nossa população infantil recebe educação; CONSIDERANDO que a I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO abordará temas de interesse mais amplo, relacionados com as áreas nas quais o tema central foi desdobrado, além de painéis sobre assuntos mais específicos. As reuniões terão a duração de 3 horas, abordando os seguintes temas: "Pré-Escola, quantidade versus qualidade no ensino de 1º grau", "Abordagem política do funcionamento interno da escola de 1º grau", "A falência da política de profissionalização, ensino supletivo e educa-

ção de adultos", "O "pacote" do ensino superior, política de pós-graduação, concepções teóricas de educação popular", "Projetos educativos da sociedade civil", "Perspectivas das associações de professores do 1º e 2º grau", "Perspectivas das associações de docentes universitários"; CONSIDERANDO ainda que os temas dos painéis de maior destaque serão os seguintes: Educação da criança das classes trabalhadoras, Educação compensatória, Educação sexual, Educação popular, Educação de adultos e educação permanente, Educação e meios de comunicação de massa, Educação numa sociedade violenta, Redefinição do curso de pedagogia, Universidade alternativa, Política e planejamento educacional, Política e administração de educação, Alcances e limitações da pesquisa em educação, Imprensa pedagógica, O papel da greve como instrumento de luta do professor, As atribuições do Conselho Federal de Educação,

O movimento dos estudantes secundaristas, o Ensino superior pago, etc.; CONSIDERANDO que, pela simples leitura do temário a ser desenvolvido pela I CBE, ele excede nossa expectativa, visto que sua seletividade é das mais felizes e oportunas, pois, não só se apresenta como um desafio que implica a árdua tarefa de pensar com serenidade as coisas fundamentais de nossa política educacional, mas também serve de alerta, principalmente àqueles que estão incumbidos, pelas posições que ocupam, da criação do mais alto patrimônio nacional, que é em última análise a utilização das forças latentes de todos os nossos recursos humanos — REQUEREMOS à Douta Mesa, ouvido o Egrégio Plenário e em caráter de urgência, nos termos e na forma do artigo 230, item 5, do Regimento Interno (Resolução nº 3/68), seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje desta Edilidade um voto de aplauso e congratulações com a Associação

Nacional de Educação — ANDE Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — CEDEC, Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação — ANPGE Centro de Estudos de Educação — CEDES, pela realização, em São Paulo, da I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO que se instalou no dia 31 de março p.p., na Pontifícia Universidade de Católica. REQUEREMOS outrossim, sejam encaminhadas cópias autênticas da presente propositura às entidades citadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Professor Eduardo Portella, bem como aos Secretários de Educação do Estado e da Capital. Sala das Sessões, 31 de abril de 1980. (aa) Eurípede Sales, Aurelino de Andrade Francisco Gimenez, Jorge Tomaz de Lima, Milton dos Santos Yukishigue Tamura, Romeu Rossi, Altino Lima, Naylor de Oliveira e David Roysen. APRC VADO em 9/4/80. (a) Celso Matsuda."

mo vigente no interior da universidade e na própria sociedade. A atrofiação dos órgãos colegiados de representação nas instituições de ensino superior exige das associações um renovado esforço de fiscalização do funcionamento dessas instituições e de pressão, no sentido de criar canais de participação, tendo em vista a meta de uma universidade democrática.

O debate em torno da relação entre as associações e as universidades gerou propostas conflitantes. Para alguns, prioridade deve ser concedida ao trabalho de integração destas entidades com os demais movimentos populares vividos pela sociedade. Para outros, a ação prioritária consiste em um maior fortalecimento das associações dentro das universidades. Nesta tarefa, a ampliação das bases e a consolidação dos Conselhos de Representantes seriam tarefas fundamentais.

A discussão sobre o controle das verbas para pesquisas também revelou perspectivas divergentes. Numa destas perspectivas, o controle deveria pertencer à própria universidade; noutra, esse controle resultaria em burocratização da atividade de pesquisa e em anulação da liberdade individual do pesquisador.

ENSINO SUPERIOR

Os projetos do MEC para as universidades federais, relativos às autarquias especiais e aos dirigentes universitários estão atualmente congelados, devido às pressões exercidas pelos docentes através de suas associações. Este fato positivo alia-se a outro, relativo ao terceiro projeto do MEC. O projeto da carreira docente do ensino superior foi reformulado, incorporando grande número das reivindicações dos docentes.

O emprego de verbas públicas para subsidiar o ensino superior privado, prática que continua na política educacional vigente, é criticado. Por outro lado, reafirma-se que é um dever do Estado prover educação pública e gratuita em todos os níveis.

A política educacional vigente pretende um aprimoramento da educação das elites e o aligeiramento da educação de massas. Cabe à pós-graduação pôr em evidência a lógica subjacente a esta política. Esta lógica se funda nas relações sociais básicas e se traduz na busca, pelos setores dominan-

tes, de mecanismos que lhe permitam garantir hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Cabe ainda à pós-graduação resistir a esta política. Para desempenhar ambas as tarefas cumpre empreender a busca tenaz da competência na compreensão, em alto nível, da realidade brasileira.

Em particular, necessário se faz constatar que a ciência é universal pelo método, e não pelo objeto como pretende a atual política de pós-graduação.

O redirecionamento da pesquisa no sentido de abordar problemas eminentemente nacionais, nas diversas áreas do saber, constitui, para a maioria, o caminho a ser seguido. Para outros, a política do Estado vem privilegiando, na área tecnológica, o tratamento de temas brasileiros. Os resultados destas investigações, entretanto, não encontrariam aplicabilidade devido à política de abertura ao capital estrangeiro, implantada após 1964.

A busca da excelência no ensino e na pesquisa ao nível da pós-graduação não deve significar a cessação ou mesmo a diminuição do apoio financeiro àqueles programas que não satisfaçam a algum critério de qualidade, como também pretende a atual política governamental. Ao contrário, é preciso que se reforcem os programas menos maduros. Paralelamente, é também necessário lutar contra a precariedade institucional na captação de recursos, mormente dos programas nas áreas de ciências políticas e sociais e na área educacional. Ainda, a nível institucional, cumpre buscar formas de organização dos programas de pós-graduação que contribuam para um enriquecimento e melhoria do ensino de graduação.

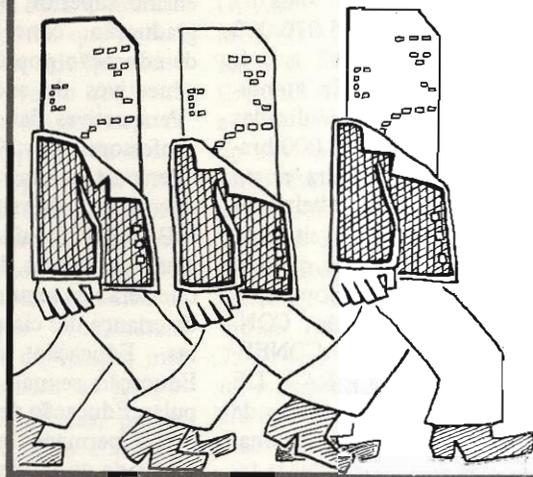
Foram essas as principais questões levantadas nas diversas atividades da Conferência.

Entretanto, sabemos que não basta fazer críticas e encaminhar sugestões e reivindicações em poucos dias. A tendência à dispersão pode impedir que todo esse trabalho promissor frutifique.

Mas, podemos nos contrapor a essa tendência se encarmos a Conferência sob seu aspecto difusor e multiplicador. Se ela se encerra neste dia, as entidades de educadores permanecem. Somente a elevação do grau de consciência política dos educadores e o fortalecimento de suas entidades permitirão o nosso reaprendizado da educação brasileira, visando à construção de uma sociedade democrática em nosso país.



ESCOLA



As seções estaduais e o papel da ANPEd

A ANPEd reuniu seus sócios presentes à *I Conferência Brasileira de Educação*, no dia 2 de março. Dando continuidade às decisões da Assembléia Geral de Salvador, prosseguiram os trabalhos para uma ampliação e descentralização das atividades da entidade. Nesta reunião de São Paulo, que não tinha caráter deliberativo, foi vencida uma importante etapa na constituição das seções estaduais da ANPEd. Os sócios presentes, de vários estados, indicaram representantes provisórios das seções estaduais, encarregados de sua organização preliminar.

As atividades da associação vem se diversificando. Prova disso são as decisões de Salvador quanto ao papel social que a ANPEd deve exercer e o renovado interesse que os sócios individuais vem manifestando nas atividades da associação. Por outro lado, os estatutos da associação atribuem-lhe um papel relativamente restrito na área educacional, com preocupações eminentemente acadê-

micas e voltadas para os programas de pós-graduação da área. Daí as questões quanto aos caminhos que a instituição deve seguir e quanto ao papel social e político que ela deve desempenhar na educação brasileira, em particular na pós-graduação. Na reunião do dia dois de março essas questões foram retomadas.

Em Salvador já se havia decidido que os estatutos deveriam ser reformulados, dando maior peso à participação de sócios individuais efetivos e estudantes do que à de programas. Essa questão se entrelaça com aquelas referentes aos papéis que a associação deve desempenhar e portanto também diz respeito aos rumos da entidade.

Na reunião realizada durante a *I CBE* a decisão de alterar os estatutos ganhou significado mais amplo. Tornou-se claro que os vários itens discutidos e as decisões tomadas em Salvador implicavam no estudo da

questão maior do papel da associação, pois é a partir da definição desse papel que poderiam ser reformulados os estatutos. Além disso, o estudo desta questão só tem sentido se desenvolvido entre os próprios associados, sejam eles membros individuais ou programas. E o melhor veículo para esta discussão seriam as seções estaduais da ANPEd.

Assim, o trabalho de organização das seções estaduais da ANPEd teria um duplo sentido: mobilizar os associados para criar essa representação local, definindo uma concepção ampliada da ANPEd e, a partir daí, propor medidas específicas para a reformulação dos seus estatutos.

Foi dentro desse espírito que se indicaram os sócios encarregados de organizar provisoriamente as seções estaduais. Para esse trabalho foram indicados os seguintes colegas: Odi-

néia Teles (PA), Conceição Raposo (MA), Neide Varela (RN), Vera Esther Jandira da Costa (PB), Ivoneide Anacleto Porto (PE), Iracy Silva Picanço (BA), Maria do Carmo Varela e Elisabeth Pinheiro Gama (ES), Maria de Lourdes Fávero (RJ), Glaura Vasques de Miranda e Leila Alvarenga (MG), Maria Regina Maluf (SP), Maria Helena Café e Eliane Carneiro (GO), Urbano de Almeida (MT), Ligia Nagel e Zélia de Oliveira Passos (PR), Maria das Graças Nóbrega (SC), Izaura Belloni Schmidt, Arabela Campos Oliven (RS), Maria da Glória Moura (DF).

As sugestões de reformulação dos estatutos serão encaminhadas a uma comissão encarregada de consolidá-las, que se reunirá no Rio de Janeiro, na semana anterior à realização da Assembléia Geral a ser realizada durante a SBPC, em julho vindouro. Integram esta comissão os colegas Glaura Vasques de Miranda, da UFMG; José Loureiro Lopes, da UFPb; Maria Regina Maluf, da PUC-SP.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO — ANPEd

SEDE

Instituto de Estudos Superiores e Avançados em Educação — IESAE

Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 186 — 3º andar,
Tel.: 286-0040 e 246-2773
22250 Rio de Janeiro, RJ

Diretoria

Presidente: Jacques Rocha Velloso — UnB
Vice-Presidente: Newton Aquiles Von Zuben — UNICAMP
Secretária-Geral: Maria Julieta Costa Calazans — FGV/IESAE
Secretária Adjunta: Lúcia Maria França Siano — UFES

Conselho Fiscal:

Titulares:

Oder José dos Santos — UFMG
Antonio Carlos de Almeida Machado — UFCe
Juracy C. Marques — UFRGS

Suplentes:

José Loureiro Lopes — UFPb
Maria Regina Maluf — PUC/SP
Giselda Santana Moraes — UFBa